

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.279 - MG (2018/0304852-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : C F DE A**  
**ADVOGADO : EGBERTO MAGALHAES GANIMI - RJ200374**  
**RECORRIDO : L DE F F A**  
**ADVOGADO : IGOR VIEIRA WOLLNY - MG131838**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

“APELAÇÃO CÍVEL-CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - GRATUIDADE JUDICIÁRIA - DECLARAÇÃO DE POBREZA DO EXECUTADO - CRÉDITO PROVENIENTE DE EXECUÇÃO - PRESUNÇÃO DE POBREZA INFIRMADA - REFORMA DA DECISÃO.

O fato de ter sido concedido assistência judiciária ao executado tão somente na sentença que extinguiu o feito por quitação do débito, oportunidade em que comprovado nos autos que ele recebeu valor extremamente significativo originária de ação proposta contra a União, situação que infirma a declaração de pobreza, impõe-se dar provimento ao recurso para excluir do "decisum" a concessão deste benefício.”

Nas razões do recurso especial, o recorrente sustentou negativa de vigência aos artigos 2º e 4º da Lei nº 1.060/50, bem como a existência de dissídio jurisprudencial, em virtude da revogação da gratuidade da Justiça. Argumentou que o fato de ter ganho na Justiça R\$ 326.030,43 (trezentos e vinte e seis mil, trinta reais e quarenta e três centavos) não é capaz de lhe garantir o próprio sustento, pois grande parte do valor foi gasto com honorários e compra de casa própria.

Analisando os pressupostos de admissibilidade do presente recurso, verifico que esse não merece conhecimento.

Nos termos do disposto no artigo 932, III, do novo Código de Processo Civil, incumbe ao relator, de forma singular, negar seguimento a recurso inadmissível.

Da análise dos autos, verifico que as alegações de negativa de vigência à lei federal não merecem guarida.

Isso porque encontram óbice na Súmula nº 7 do STJ, que impede a revisão do conjunto fático-probatório dos autos em sede de recurso especial.

O Tribunal de origem, ao analisar a situação econômico-financeira do ora recorrente, decidiu nos seguintes termos (fl. 499 e-STJ):

“Como visto, insurge-se a apelante contra a concessão do benefício de gratuidade de justiça a favor do apelado na sentença.

"In casu", verifico dos autos que o executado juntou declaração de hipossuficiência à f. 148, conjuntamente com cópias do seu contracheque às f. 151/158 e f. 167/202, na condição de "auxiliar de expedição I", que auferir rendimento líquido mensal de R\$ 633,74 (seiscentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos). Também juntou o termo de rescisão de contrato de trabalho às f. 206/209.

Lado outro, sustenta a apelante que o executado recebeu um crédito de ação de execução contra a União o valor de R\$ 326.030,43 (trezentos e vinte e seis mil e trinta reais e quarenta e três centavos), e ainda, devido a este crédito, o débito alimentício foi devidamente garantido por meio de penhora nos autos da execução.

Ora, em razão do crédito trabalhista recebido pelo apelado, tem-se que, de fato, razão acompanha a apelante em seu inconformismo.

Com efeito, ao formular o pedido de assistência judiciária o apelado se encontrava desempregado, contudo, no momento em que apreciada esta pretensão, ele já tinha recebido o crédito proveniente de ação proposta contra a União (f. 350/354), no valor de 228.221,31 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos e vinte um reais e trinta e um reais), ou seja, esta situação infirma a declaração de pobreza do apelado.

Ao exposto, dou provimento ao recurso, para excluir da sentença a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária ao executado, ora apelado..”

Observe, portanto, que a Corte estadual, ao analisar as circunstâncias contidas nos autos e o conjunto fático-probatório produzido, entendeu que a parte recorrente, no caso concreto, possui capacidade econômico-financeira suficiente para arcar com as custas do processo, notadamente em razão do vultoso valor recebido.

Dessa forma, a alteração dessas premissas estabelecidas no acórdão recorrido implicaria necessariamente o reexame fático-probatório, o que é vedado pela

Súmula nº 7, deste Tribunal. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73)  
- EMBARGOS DE TERCEIRO - DECISÃO MONOCRÁTICA  
QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA  
DA EMBARGANTE.

1. Aplica-se ao exame de admissibilidade do recurso especial em comento o CPC/73, nos termos do Enunciado Administrativo nº 2 desta Corte: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

2. "Ainda que a recorrente postule nas razões de seu recurso especial a gratuidade da justiça - por ser possível realizar este pedido em qualquer fase processual ou instância recursal -, deve embasar seu pedido, seja com a declaração de pobreza, seja com documentação mínima que demonstre sua hipossuficiência financeira." (AgInt nos EDcl no AREsp 860.793/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 08/11/2016). 2.1. Na hipótese, a gratuidade da justiça não foi concedida na origem, nem juntados aos autos a documentação pertinente.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 212.112/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 29/8/2017, DJe 4/9/2017)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544, DO CPC) -  
PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA -  
INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO PROCESSANTE -  
DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO  
RECURSO.

INCONFORMISMO DO AUTOR.

1. A afirmação de hipossuficiência, para o fim de obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita, possui presunção legal juris tantum, podendo o magistrado, com amparo no art. 5º, da Lei n.º 1.050/60, infirmar a miserabilidade a amparar a necessidade da concessão do benefício.

2. A pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica do requerente exigiria reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 07 do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 517.564/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 30/10/2014)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA CONCLUSÃO DA OBRA. DANO MORAL. SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

2. Demanda o reexame de matéria de fato alterar a conclusão da instância de origem de que há sucumbência em parte mínima.

Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 523.850/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 15/10/2014)

Em face do exposto, não conheço do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora